



LEI Nº 2 000, de 14 de novembro de 1963.

Autor: Poder Executivo

Promulga dispositivos do artigo 2º; artigos 4º e 11, da Lei nº 1 877, de 23 de setembro de 1963.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de creta:

Artigo 1º - Nos termos do artigo 17 da Constituição-Estadual, promulgo os seguintes dispositivos da Lei nº -1 877, de 23 de setembro de 1963, cujos vetos do Poder Exe cutivo foram rejeitados em sessão de 23 de outubro de 1963.

"Artigo 2º - O novo prêço fixado nesta Lei para as terras devolutas atingirá todos os requerimentos de compra de terras, exceptuados os que já tiverem expedido o competente título provisório ou tiverem concessão de venda publicada no Diário Oficial.

Artigo 4º - O pagamento do prêço das terras devolutas passa a ser feito em duas prestações iguais, ou seja, 50% (cinquenta por cento) na extração do título provisório e outro tanto na expedição do título definitivo de propriedade.

Artigo 11 - <u>Imediatamente à publicação desta lei as</u> repartições de terras do Estado passarão a receber requeri mentos de compra de terras devolutas, obedecidas as demais normas vigentes que não colidam com as disposições desta - lei".

Artigo 29 - Esta lei entrará em vigor na data ` de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 14 de novembro de 1963.

Presidente